



A NATUREZA ENQUANTO PRÁXIS HUMANA: UMA ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES – AL

NATURE AS A HUMAN PRÁXIS: AN ANALYSIS OF THE USE AND OCCUPATION OF
THE TERRITORY OF SÃO JOSÉ DOS MILAGRES - AL

Rennisy Rodrigues Cruz
rrcambiental@gmail.com

Edvânia Torres Aguiar Gomes
edvaniatorresaguiar@hotmail.com

Maria do Carmo Martins Sobral
mariadocarmo.sobral@gmail.com

Resumo

As formas de uso e ocupação do território de São Miguel dos Milagres, localizado na microrregião, litoral norte do Estado de Alagoas, dentro da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais - APACC, vem intensificando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, principalmente no tocante as formas de exploração dos recursos naturais e do homem pelo homem. As praias, piscinas naturais, paisagem e biodiversidade aparecem como atrativos para o mercado imobiliário no circuito do capital. Assim a práxis humana, numa perspectiva mercadológica, transforma a natureza em produtos e coisifica as relações sociais. Esse estudo objetiva analisar as características do desenvolvimento desse município e o uso e ocupação do território.

Palavras chave: Território; Práxis Humana; Natureza. Capitalismo

Abstract

The forms of occupation and use of the territory of São Miguel dos Milagres, located in the microregion, north coast of the State of Alagoas, within the Coastal Corals Environmental

Protection Area (APACC), has intensified the contradictions inherent in the capitalist mode of production, The exploitation of natural resources and man by man. The beaches, natural pools, landscape and biodiversity appear as attractive to the real estate market in the circuit of capital. So human praxis in a market perspective, transform nature into products and social relations. This study aims to analyze the characteristics of the development of this municipality and the use and occupation of the territory.

Keywords: Territory; Human Praxis; Nature; Capitalism

Introdução

Este trabalho foi desenvolvido com objetivo de construir uma discussão crítica acerca do processo de uso e ocupação do território do Município de São Miguel dos Milagres – AL. A inquietação no tocante a relação sociedade natureza sob o signo do capital, atrelada à ausência de uma gestão ambiental preocupada com a qualidade de vida dos munícipes e o equilíbrio ambiental suscitaram a necessidade de uma investigação voltada as causas das principais problemáticas do município em questão.

Há pouco mais de uma década observa-se um aumento considerável de construções imobiliárias no litoral Norte de Alagoas, principalmente na rota ecológica, que envolve três municípios: Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Essa explosão imobiliária desencadeia uma séria de impactos e conflitos socioambientais. A especulação da terra, a destruição dos biomas, a privatização da faixa litorânea, mudança na cultura, economia e surgimento de políticas públicas que atendem essencialmente aqueles que possuem o capital são exemplos de algumas consequências da atual relação sociedade e natureza.

A região em questão está situada na Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC, criada em 1997 sob Decreto Federal sem número, atendendo ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985 de 2000. Neste pequeno pedaço de território é possível perceber vários atrativos naturais para o circuito do capital internacional. Grupos de várias nacionalidades, frequentemente, adquirem parte desse cenário. A natureza é vista como mercadoria e as relações sociais são reificadas em nome do lucro.

Para aprofundar essas questões¹, esse artigo foi estruturado em três partes. Na primeira introduziu – se a discussão sobre o trabalho como categoria fundante do ser social, ancorado na

¹ Trabalho apresentado para atender aos requisitos para a conclusão das disciplinas de **Sociedade, Natureza e Desenvolvimento e Planejamento e Gestão Ambiental** do Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, nível mestrado.

tradição marxiana, de modo que a natureza é o momento da práxis humana, logo, ao transformar a natureza os homens e mulheres se transformam e se constroem enquanto ser social. No decorrer do estudo, foi discorrido sobre a relação sociedade e natureza e a gestão ambiental nos encontros e documentos mundiais após segunda guerra mundial, década de 1960. Na terceira parte, finalizando o artigo foi caracterizado o município de São Miguel dos Milagres e apresentada a natureza da práxis humana na ocupação e uso do território, suas causas e consequências.

O trabalho na construção do ser social

A cada progresso do homem, ao longo de sua transformação, aumenta seu domínio sobre a natureza, inicialmente com o desenvolvimento da mão, que foi aperfeiçoada por meio do trabalho, e, como consequência ampliaram-se seus horizontes, possibilitando novas descobertas, Assim, na medida em que o trabalho evoluía outras partes do homem passaram por modificações, a exemplo do surgimento da comunicação, mediante as modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, ao mesmo tempo que os órgãos da boca aprendiam aos poucos a pronunciar um som articulado após outro. (ENGELS, 1999). Nota-se um resultado importante acerca da influência do trabalho, porém a partir dessas evoluções ao longo da história, o homem também vai se diferenciando de outros animais e, resultado, esse processo refletiu em modificações e domínio sobre a natureza.

O homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições da sua sobrevivência, a transforma. (MARX, ENGELS, 2007, p.14)

O trabalho sempre esteve presente em todo esse processo de desenvolvimento socioeconômico, histórico e cultural. Desta maneira, o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, ou seja, o trabalho criou o próprio homem. Sólo existe para Marx, en el fondo, “el hombre y su trabajo, por una parte, y la naturaleza y su sustancia material, por la outra”. (SCHMIDT, 1977, p. 25). O ser social é biológico, portanto, constitui um complexo parcial, mas ineliminável, que em conjunto com outros complexos sociais, forma-se a totalidade do ser. Todavia se apenas apresentar-se biológico, garantirá a reprodução da vida, da existência, mas não será definido como ser social, só a partir do trabalho, como teleologia primária, que é um momento de transição do ser natural para o ser social, o homem vai se transformando. Nessa dialética surgem outros complexos sociais, de ordem secundária, que

formam a totalidade do ser, assim: “La naturaleza es para Marx un momento de la praxis humana y al mismo tiempo la totalidad de lo que existe”. (Marx apud SCHMIDT, 1977, p. 23).

A concepção de trabalho apresentada nesse estudo está ancorada na teoria marxiana, entendendo que o trabalho é o ato fundante do ser social, de modo que é ele o único que faz a mediação entre o ser natural e o ser social. “Além do mais, o trabalho também é o fundamento do ser social porque é por meio dele que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana” (...). (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 21). Esse trabalho começa por separar as coisas e sua conexão direta com a terra, nos cortes de madeiras, na extração mineral, na utilização de matérias primas. Alfred Schmidt, ao analisar a concepção de intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, a partir do pensamento de Marx, nos mostra que:

El intercambio orgánico tiene como contenido el hecho de que la naturaleza se humaniza y el hombre se naturaliza. Su forma está historicamente determinada en cada caso. La fuerza de trabajo, aquella “sustancia natural transformada en organismo humano, se ejercita sobre sustancias naturales exteriores al hombre; la naturaleza se transforma juntamente con el hombre. Como los hombres incorporan sus fuerzas esenciales a las cosas naturales trabajadas, las cosas naturales, a su vez, adquieren una nueva cualidad social como valores de uso cada vez más abundantes en el curso de la historia. (SCHMIDT, 1977, p. 85/6)

Com intuito de se apropriar dos recursos disponíveis na natureza, o ser social, por meio do trabalho, desenvolve sua força motriz, e a natureza está presente como necessidade objetiva dos homens e mulheres, como habitat natural, na condição existencial e de reprodução humana. “La naturaleza es para Marx un momento de la praxis humana y al mismo tiempo la totalidad de lo que existe”. (SCHMIDT, 1977, p. 23). Como se ver, a natureza é um momento da praxis humana e ao mesmo tempo a totalidade que existe, compreendendo que o homem também se constrói essa relação em todos os processos históricos de produção. “E isto porque, em sendo a relação do homem com a natureza, ao mesmo tempo e necessariamente, a relação dos homens entre si – em outras palavras: como todo trabalho é parte da reprodução da sociedade na qual é fundante (...) (COSTA; ALCÂNTARA, 2014, p. 236). Para Marx a praxis é teórica e prática, e se torna prática na medida em que a teoria é um guia da ação, onde se molda as atividades dos homens e mulheres; e teórica, quando há uma relação consciente. (SÁNCHEZ, 2007).

A condição objetiva e subjetiva dos homens e mulheres não está associada a explicações da metafísica, assim como a natureza, ao longo do tempo se transforma, o ser humano também é transformado. Observamos abaixo:

Assim como a natureza sofre depreciação pela ação do tempo, o corpo humano

também é alterado pela ação do tempo. Isso rompe com toda perspectiva metafísica que pretende estabelecer uma disjunção entre o corpo humano e sua consciência (alma), pois não existe alma sem corpo, embora possa existir um corpo sem alma. (SANTOS NETO, 2013, p. 10).

Nesse sentido, em oposição ao materialismo metafísico, o materialismo histórico e dialético assevera que não existe nenhuma substância autônoma independente de suas determinações concretas, assim, a essência do ser humano não está fora dele e sim na práxis social, em seu intercâmbio com a natureza, mediada pelo trabalho. A relação sociedade e natureza se dá por meio do trabalho, em São Miguel dos Milagres, se destaca atividades de pesca, artesanato e mais recente a renda da terra e a atividade turística.

Relações sociais, desenvolvimento e Estado

Uma das principais características da comunidade primitiva, que perdurou por mais de 30 mil anos, era o nomadismo, onde os homens e mulheres para sobreviver, percorriam vários lugares e não tinham residências fixas, as condições eram hostis e necessitavam coletar vegetais para a alimentação. Ao longo do tempo, começaram a criar instrumentos menos grosseiros, inicialmente arcos e flechas, machados de pedras e redes de pesca, o trabalho era feito em conjunto e o pouco que adquiriam era imediatamente consumido.

A divisão do trabalho se dava entre os homens na caça e entre as mulheres por meio da coleta e preparo dos alimentos. Nesse “comunismo primitivo” a distribuição de atividades e alimentos era praticamente equitativa e não havia propriedade privada. (NETTO; BRAZ, 2005). Na transição do nomadismo para sedentarismo, podemos destacar o surgimento da agricultura e a domesticação de animais, que possibilitaram a vinculação das comunidades ao território.

Naquele período, foi possível verificar o aumento populacional e várias descobertas (roda, o polimento de pedras para a criação de facas, anzóis e machados). Foi possível também aprender, por meio do trabalho, a cozinhar a terra com objetivo de obter cerâmica, e por meio da tecelagem produzir os primeiros tecidos com pele dos animais e de fibras vegetais.

O domínio do homem sobre a natureza passou a ser cada vez maior e as relações sociedade e natureza, por meio da práxis humana, também sofreu modificações. Desta forma, a principal transformação, segundo Netto; Braz, (2005, p. 57),

residiu no fato de, nessas comunidades, os resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas de sobrevivência dos seus membros.

Com o advento do excedente de produção, impulsionado pelo sedentarismo e nele o

pastoril e as atividades agrícolas, essa relação sofreu as primeiras mudanças. Naquele momento a natureza, passou a garantir excedentes de produção, que a partir do aumento de trabalho, possibilitou uma divisão do trabalho, especialização e troca de produtos com outras comunidades.

Segundo exposição de Engels (2005) com a relação de troca de produtos entre os indivíduos de comunidades diferentes e, em consequência, a transformação desses produtos em mercadorias, intensificado com o desenvolvimento da propriedade privada, divisão social do trabalho, divisão da sociedade em classes e alienação do trabalho. Nesse momento todo processo produtivo deixa de estar centrado nas necessidades imediatas das comunidades (valor de uso), passando a atender os interesses dos não produtores (valor de troca). Os produtores, até então, eram senhores de todo o processo de produção e, conseqüentemente, de seus produtos. De fato eles sabiam o que era feito com seus produtos, pois os consumiam e estava sempre em suas mãos.

Essa transformação social deu origem as classes sociais, que foram impulsionadas pela divisão social do trabalho potencializou os antagonismos sociais tornando-os irreconciliáveis. Assim, surgiu a necessidade de criar um poder aparentemente capaz de mediar esses conflitos, garantindo a expansão da produção e o controle do excedente pela então nascente classe de proprietários:

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto, de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da idéia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão” como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas, para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, 2005, p. 184).

Lênin reafirma em sua obra O Estado e A Revolução, de acordo com o marxismo que “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.” (LÊNIN, 1918, p. 25). Entende-se que o Estado é um produto histórico de uma sociedade que está dividida em classes irreconciliáveis, entre elas existe oposições de ideias e de interesses em todos os espaços sociais. Dessa forma o Estado é um poder que surge da sociedade, mas coloca-

se acima dela, de maneira a garantir, por meio do convencimento e da força, o controle e exploração de uma classe sobre a outra.

Principais concepções de natureza

Na história surgiram várias concepções sobre a natureza, segundo Duarte (1986, p. 15). No período primitivo a natureza era explicada por meio de especulações mitológicas, conhecida como natureza mágica e através de divindades procurava-se responder os fenômenos naturais. “Esse processo se caracterizava pelo mecanismo de deformação da consciência, no qual, dotando a natureza de feição humana, o primitivo pode-se valer da religião” (DUARTE, 1986, p. 15). Assim, a principal característica do primitivismo era o antropomorfismo, ou seja, a magia aparecia como uma força auxiliar motriz.

Em outro momento da história, a natureza se apresentou na concepção da cosmologia grega, onde aparecem os filósofos da natureza que passaram a interpretar a natureza a partir da racionalidade científica e filosófica, em outras palavras, as coisas passam a ser questionadas sem recorrer as explicações mitológicas, como pode-se ver abaixo:

Aceita-se, corretamente, que a cosmologia grega e, com ela, a racionalidade científica e filosófica tenham tido início no século VI a.C., (...) Inaugurou-se uma nova forma de racionalidade, que não precisava recorrer às forças sobrenaturais para explicar os fatos da natureza (DUARTE, 1986, p. 19).

Na tradição ocidental, segundo Foladori (2001), alguns pensadores, como Sócrates, acreditaram que os deuses haviam deixado tudo em benefício do homem e, em Aristóteles ainda era mais nítida a imagem de que a natureza foi criada para os seres humanos, os fenômenos naturais foram explicados pela própria natureza, assim a concepção de natureza grega ganhou destaque. A teleologia esteve presente nas concepções aristotélicas e também foi adotada como traço característico do período medieval, de modo que “A teoria aristotélica da causalidade era, como se sabe composta por quatro aspectos, o formal, o material, o eficiente e o final. Esse último está ligado à teleologia, traço bastante característico do pensamento de Aristóteles” (DUARTE, 1986, p. 26).

No cristianismo, a essência da concepção de natureza é teocêntrica, ou seja, Deus como centro de tudo e antropomorfizado, onde o homem é uma criatura privilegiada. Essa concepção colabora para o afastamento do homem da natureza. A ideia de finalidade nos leva a lembrar que esse viés finalidade, em última instância, seria a salvação da alma e a entrada no reino dos céus. Seria, pois uma característica histórica e dominante no período da Idade Média, entretanto

percebida ainda nos dias atuais.

Com a Primeira Revolução Industrial na metade do século XVIII, acarretada material (espoliação colonial) e imaterialmente (avanço espiritual humano) propiciado pelas Revoluções Burguesas ainda no século XVII, os antagonismos sociais e os impactos antrópicos sobre a natureza passaram a ser maiores e mais nocivos. Os recursos naturais, na visão mecanicista, são fontes inesgotáveis para exploração e garantia da produção e reprodução do capital. Essa relação, com vistas a obtenção de lucro, explora trabalhadores e a natureza, causando desigualdades no acesso aos recursos naturais e aos bens produzidos pela classe laboriosa. Nesse momento percebe-se uma mudança significativa na relação sociedade e natureza, bem como no conhecimento, de forma que se diminui a influência subjetiva e filosófica, característica da cosmologia grega e passa a predominar o objetivismo mecânico, de quantificação e/ou mensuração (Matemática), típico da revolução mecanicista.

Gestão ambiental e desenvolvimento

Em níveis cada vez mais preocupantes, sob a lógica do capital, a sociedade vem aprofundando a destruição da natureza e torna-se perceptível a escassez dos recursos naturais não renováveis, mudanças climáticas, desmatamento dos biomas, poluição dos rios, dos solos, do ar, e, ao mesmo tempo a geração excessiva de resíduos sólidos, a produção de mercadorias descartáveis e a exploração do homem pelo homem. Isso nos mostra o quão contraditório é o sistema capitalista e como o planeta é utilizado para alcançar seu crescimento econômico e sua reprodução. Essa dinâmica aprofunda a crise estrutural do atual modo de produção e acelera o processo de destruição da humanidade.

Com objetivo de manter e/ou aumentar os lucros e concentrar as riquezas, os capitalistas desenvolvem várias estratégias e uma delas é a manutenção e ampliação da apropriação privada dos meios de produção. A natureza serve como meio para acumulação de capital, tornando-se mercadoria, e, atrelado a isso, têm-se os trabalhadores coisificados nas relações de produção por meio da exploração e compra da força de trabalho.

Em decorrência dessa forma de uso e das consequências da Segunda Guerra Mundial, década de 1960, a discussão sobre a gestão ambiental passa a ser pauta em vários encontros internacionais. Uma das principais publicações foi o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962), onde foi abordada a questão da produção e do uso excessivo dos agrotóxicos, e sua ligação com riscos a natureza e a saúde da sociedade.

De acordo com a autora foram feitas pesquisas que comprovaram a existência de

substâncias tóxicas em peixes, em lagos nos topos de montanhas, em minhocas, em ovos de pássaros e no próprio homem. “As gerações futuras, segundo Carson (1962, p. 23), não nos perdoarão, por nossa falta de prudência e preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda”. A partir desse livro, os debates e a preocupação com o meio ambiente ganharam destaques nas correntes do ambientalismo e, como resultado, alguns produtos tóxicos, como o diclorodifeniltricloroetano– DDT, deixaram de ser usados e comercializados em grande parte do mundo.

Essas preocupações avançam e no ano de 1968 foi formado o Clube de Roma composto por especialistas de diversas áreas, o qual elaborou um relatório conhecido como “Limites do crescimento”, publicado em 1972. De acordo com Dias (2006, p. 15), essa associação, por sua vez, empregou fórmulas matemáticas e computadores para determinar o futuro ecológico do planeta, “prevendo um desastre em médio prazo” e, para equacionar o problema fez propostas de crescimento zero em defesa da conservação dos recursos naturais da biosfera. Ao paralisar o crescimento econômico mundial em vista do virtual esgotamento de recursos naturais no futuro, não levaria ao colapso da civilização.

A problemática ganha destaque e no mesmo ano, 1972, ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), reunindo, naquela ocasião 113 países com posturas divergentes, predominando a teoria do meio termo, posteriormente, definida como “Ecodesenvolvimento”.

Quinze anos depois, em 1987 foi publicado o relatório de Brundtland - Our Common Future (Nosso Futuro Comum) que serviu de referência base para os debates que aconteceram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, quando foram produzidos alguns documentos (Agenda 21, Carta da Terra e tratados).

O documento colocava a pobreza como uma das causas (e conseqüências) dos problemas ambientais; daí que não se possa pensar em encarar as questões ambientais á margem de uma perspectiva que abarca a pobreza e a desigualdade internacionais. Porém, enquanto a comissão realizava sua investigação (1984-1987), o capitalismo mundial mostrava sua incoerência com o desenvolvimento sustentável. (FOLADORI, 2001, p. 117).

O relatório “Nosso Futuro Comum” culpou os países pobres e/ou a pobreza pelos problemas socioambientais do mundo, não analisando criticamente o modelo de produção capitalista e suas conseqüências na vida da população e na degradação da natureza. Assim, SILVA mostra que:

Os países capitalistas destroem o meio ambiente e quem paga a conta é a população pobre, especialmente da periferia do sistema. Decerto que este modelo, em que os países centrais esgotam suas fontes de matérias-primas e de energia e também as de outras nações, tem aprofundado as desigualdades entre campo e cidade e entre os países do Norte e do Sul: o último subsidia o primeiro e assegura a sua expansão. (SILVA, 2010, p. 103)

Vê-se, pois, que os problemas socioambientais oriundos da relação sociedade/ natureza no capitalismo, são divididos igualmente para todos. De fato, o que ocorre é a culpabilização do gênero humano como tentativa de esconder as causas, como evidencia Loureiro (2007, p. 142) “O ambientalismo de mercado generaliza a culpa pela degradação entre “diferentes espécies de seres humanos” (capitalistas e trabalhadores) e, através da repressão/autoritarismo e da educação, promove a internalização da ideologia dominante (...)”. Essa concepção reducionista ambiental busca a naturalização da sociedade de classes e foca suas análises nos valores individuais e comportamentais, adestrando e alienando os homens e mulheres.

Diante dessa tentativa é necessária uma consciência crítica objetivando a emancipação humana segundo Loureiro (2007, p. 120), apontando, que

O processo de formação de uma consciência crítica para a superação da alienação produzida pelo modo de produção capitalista pressupõe a apreensão da realidade histórica como construção de uma totalidade em que as partes se articulam dialeticamente, deixando para trás sua aparência, revelando assim suas contradições.

Essa consciência crítica permite aos trabalhadores perceberem a alienação que estão submetidos nos meios de trabalho e no ato de produzir. O apelo ecológico e a alienação também estão presentes no município de São Miguel dos Milagres – AL, além dos proprietários utilizarem a natureza com intuito de vender pacotes turísticos nas pousadas de charme, a população precisa vender sua força de trabalho para sobreviver e não tem direito de usar integralmente o território. Propagandas de respeito ao meio ambiente, divulgando as práticas “ditas sustentáveis” são usadas para especular a terra e promover o deslocamento da população para áreas mais afastadas da costa do município.

Uso e ocupação do território de São Miguel dos Milagres - AL

O conceito de território aparece de diversas formas. Nas ciências naturais ele é empregado como uma área de influência de uma espécie animal, enquanto que nas ciências sociais a ideia está ligada ao domínio, poder ou gestão de uma determinada área. O termo

“território” é de origem latina “*Territorium*”, deriva de terra, significando pedaço de terra apropriada. De acordo com Andrade (2004), o território se liga a ideia de poder em referência ao poder público, Estado ou ao poder das grandes organizações, onde não existem fronteiras políticas para expansão. Santos (1996, p. 16), entende que o território não é necessariamente físico, de modo que,

[...] o território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, et al, 1996, p.16).

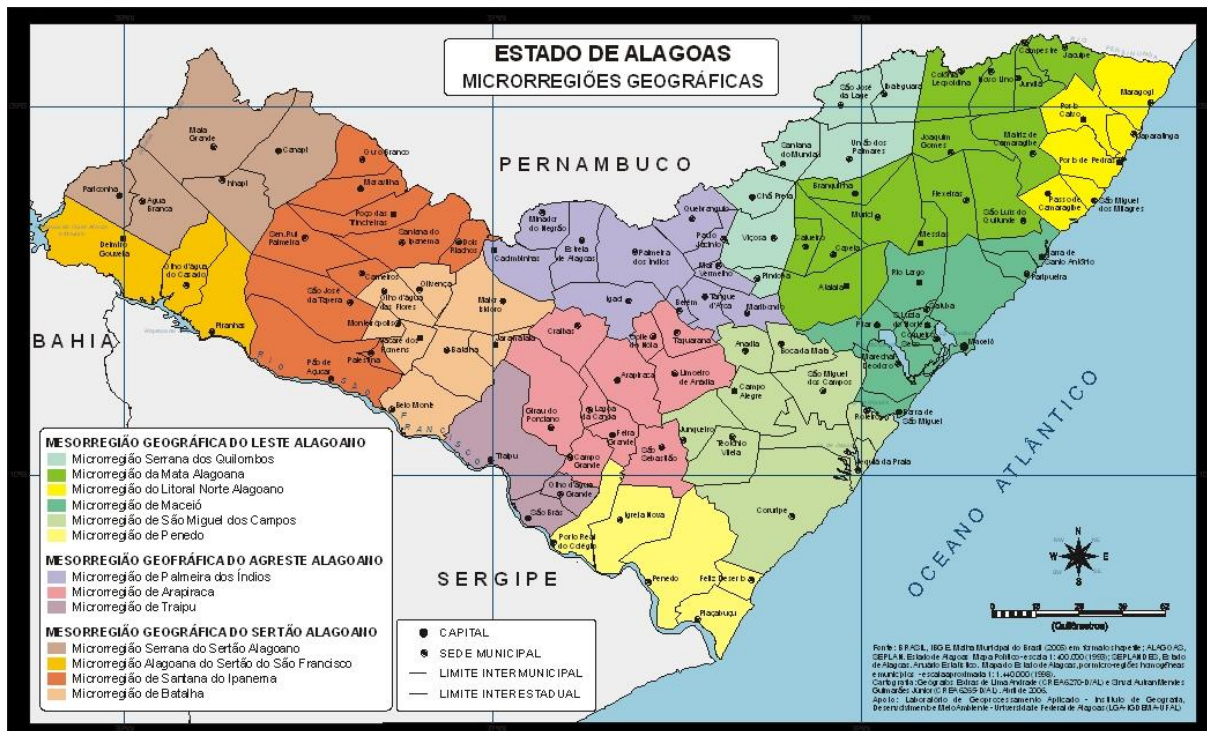
Com o processo de globalização os interesses do capital são atendidos ao transformar tudo em mercadoria, desde as ideias até a natureza, e, como consequência, temos as mais variadas formas de desigualdades de usos nos territórios.

Um traço característico da globalização é a “democracia mercadológica do neoliberalismo”, ou seja, o Estado, a serviço das corporações internacionais, promove uma avalanche de privatizações, não apenas de empresas públicas, mas também de áreas coletivas, a exemplo de praias, de áreas verdes. O território pode, inclusive, apresentar outros significados a depender da sua formação socioespacial (FERNANDES, 2012).

Especificamente, o processo de ocupação e uso do território no município de São Miguel dos Milagres – AL, vem causando uma série de inquietações, em especial, daqueles que percebem o fenômeno da utilização da natureza e das pessoas como uma estratégia do grande capital para expandir seus lucros,

O município está situado no nordeste do Brasil, na microrregião do litoral norte e na mesorregião do leste alagoano, conforme figura 02. Sua criação é recente, - data de 1960 -, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sua população era de 7.163 habitantes em 2010, e com uma estimativa de 8.022 habitantes em 2017. Ocupa uma área de 65,4 km² e com densidade demográfica de 93,34 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é 0,591, considerado baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). No município é possível perceber vários contrastes sociais, dentre eles: altos índices de analfabetismo, má distribuição de renda, baixo acesso a moradia e saneamento básico, baixos índices de educação, poucos investimentos na saúde, poucas oportunidades de trabalho e privatização de acessos às praias.

Figura 02- Mapa das Microrregiões do Estado de Alagoas

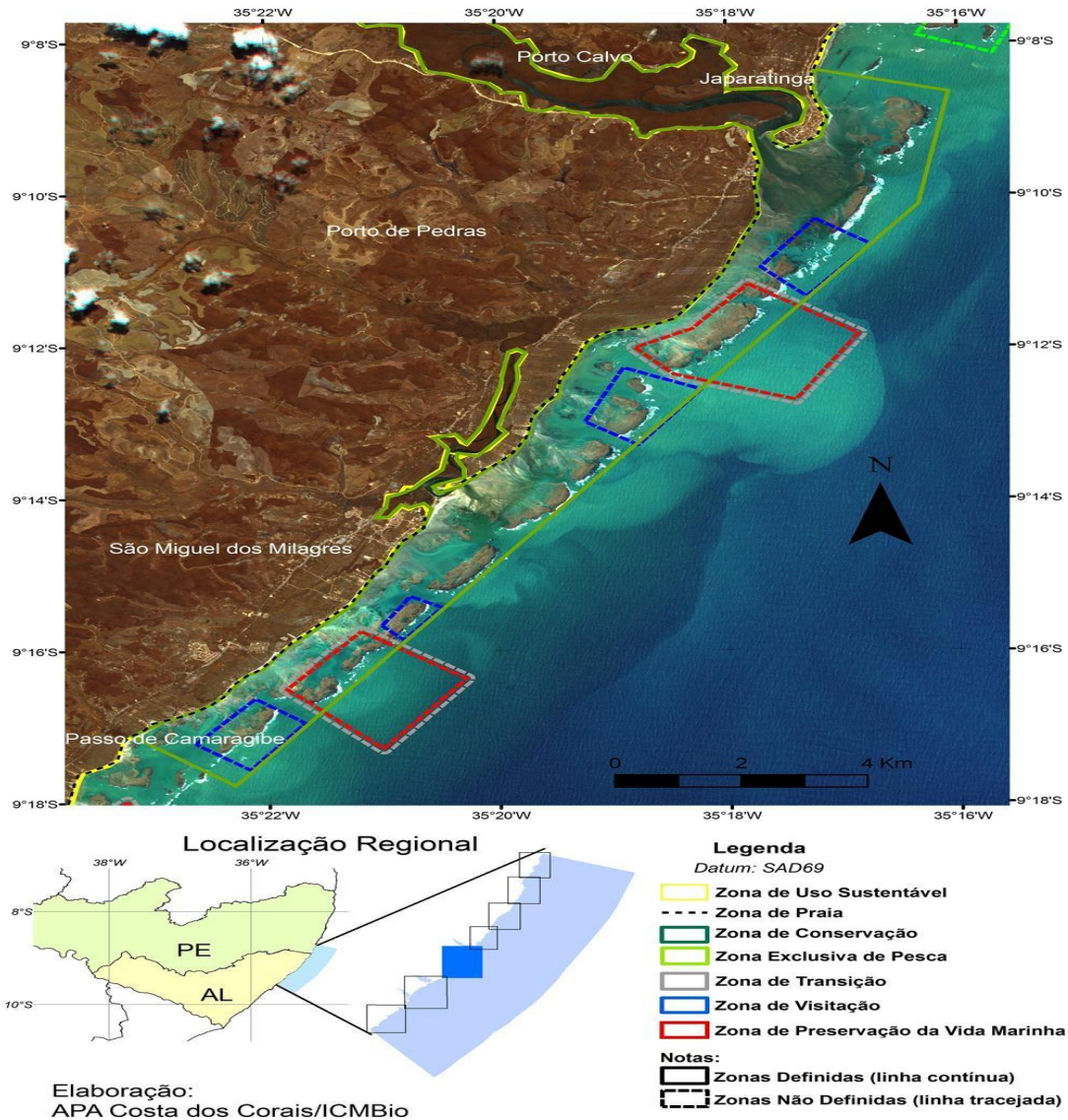


Fonte: ALAGOAS, 2018.

São Miguel dos Milagres faz limite com os municípios de Porto de Pedras ao norte, ao sul e leste com Oceano Atlântico e a oeste com Passo de Camaragibe. Além do principal rio, - o Tatuamunha -, cuja bacia drena uma área de 27, 2 km², se encontram as praias do Riacho, Praia do Centro de Milagres, Praia do Toque e Porto da Rua. São Miguel dos Milagres (2018)

Além desses aspectos, a particularidade do município é o fato de seu território fazer parte da rota ecológica do litoral Norte, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC, junto a outros municípios como, Passo de Camaragibe e Porto de Pedras, conforme Mapa 03.

Figura 03 – Zoneamento dos Municípios de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Plano de Manejo da APACC, 2013.



Fonte: Plano de Manejo da APACC, 2013.

Além da atividade turística, forte há menos de uma década, a economia do município se baseia na pesca e agricultura (coco). A costa do município era pouco habitada até a implantação do processo de especulação imobiliária e a chegada de várias pousadas e hotéis ao município e, sobretudo, com a privatização dos acessos as praias.

Na atual dinâmica do município percebem-se transformações nas relações entre a população e a natureza, onde nem todos podem ocupar e desfrutar igualmente do território e das riquezas naturais existentes, como destaca Gomes.

Os instrumentos técnicos disponíveis, as forças produtivas, uma certa divisão

social do trabalho e as relações de produção também são específicas. Tudo isto define as formas de apropriação da natureza e o acesso dos diferentes grupos sociais aos recursos do ambiente. Assim, as relações de trabalho e de propriedade, principalmente, expressam o relacionamento desigual das várias classes com a riqueza natural dos lugares onde estão inseridas (GOMES, 2008, p. 180).

Grupos de várias nacionalidades ocupam áreas privilegiadas do território em questão, causando conflitos entre a população local e os empreendimentos, principalmente na faixa litorânea, posto que a população local perde o acesso a área costeira. Além da ocupação de áreas da construção de imóveis residenciais, na região da rota ecológica de Milagres, destacam-se as pousadas de charme, que pertencem a proprietários de várias nacionalidades, conforme pode-se notar.

Quadro 01- Nacionalidade dos proprietários das pousadas da Rota Ecológica

POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA	MUNICÍPIO	NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS
Pousada Infinito Mar	Passo de Camaragibe	Argentinos
Pousada Riacho dos Milagres	São Miguel dos Milagres	Brasileiros
Pousada do Toque	São Miguel dos Milagres	Brasileiros
Pousada do Cajú	São Miguel dos Milagres	Portugueses
Pousada Amendoeira	São Miguel dos Milagres	Israelense + Brasileira
Pousada Origami	São Miguel dos Milagres	Brasileira
Pousada Villa Plantai	São Miguel dos Milagres	Brasileira
Pousada Côte Sud	São Miguel dos Milagres	Franceses
Pousada do Sonho	São Miguel dos Milagres	Italianos
Pousada Patacho	Porto de Pedras	Francesa
Pousada Beijupirá	Porto de Pedras	Portugueses
Pousada Borapirá	Porto de Pedras	Portugueses
Pousada Xuê	Porto de Pedras	Italiano + Brasileira

Fonte: Adaptado de Araujo; Silva (2012, p.12), citado por CARVALHO, 2017.

Se encontram pousadas que trazem publicitariamente o discurso ecológico como estratégia de vendas. A maior parcela da população local não tem condições financeiras de desfrutar da natureza e das construções refinadas no município.

Em nome do crescimento econômico as Licenças Ambientais são liberadas em áreas de restrição contrariando a sustentabilidade do ecossistema. De uma forma geral, a área vem sofrendo uma enorme especulação imobiliária com a venda de lotes, construção de residências, pousadas e outros tipos de empreendimentos sem nenhuma ou quase nenhuma preocupação com a biodiversidade local.

O que vem acontecendo com São Miguel dos Milagres, já foi visto em outros lugares do mundo, como na expropriação de várias comunidades para a construção de complexos hoteleiros, indústrias e empresas, a fim de garantir os interesses da classe dominante, promovendo principalmente a exclusão social e a degradação ambiental. Complementando esse raciocínio, usamos o entendimento de Harvey (2011. p. 07),

O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. (HARVEY, 2011. p. 07).

Assim, como Harvey nos mostrou o capital está presente em todos os lugares e de todas as formas num processo cada vez mais feroz e destruidor, encontrando formas de se reproduzir e de se reinventar, independente dos danos socioambientais que possa causar.

Segundo ICMBio (2017), (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), a APACC foi criada em 1997, através de Decreto Federal, sem número. Uma das especificidades dessa Unidade de Conservação é a existência mangues e recifes de corais, garantindo uma alta biodiversidade que é representada por vários grupos marinhos (algas, corais, peixes, crustáceos, moluscos, mamíferos aquáticos e outros) e ainda destaca-se a ocorrência de espécies sob ameaça de extinção como o peixe-boi marinho, tartarugas e baleias.

A APACC é a maior unidade de conservação marinha do Brasil, com cerca de 400 mil habitantes e uma extensão de 120 km ao longo de sua costa, cuja sede localiza-se em Tamandaré – PE. O plano de manejo da APA foi criado em 2013 e no documento consta o zoneamento dos municípios existentes, dentre eles encontra-se o município de São Miguel dos Milagres. As zonas descritas nas legendas, segundo Plano de Manejo da APACC (2013), têm caracterização, localização, objetivos, normas, permissão e regras de uso. Abaixo será mostrada a definição e objetivos de cada zona, conforme zoneamento do município. (ICMBio (2017).

Quadro 02 - Plano de Manejo da APACC (2013)

Zona	Definição	Objetivos
1. ZONAS DE USO SUSTENTÁVEL - ZUS;	Áreas destinadas ao uso geral, todavia sujeitas às normas gerais da unidade. Essa área abrange toda a extensão da APACC, exceto as demais zonas.	Compatibilizar o uso dos recursos com sua sustentabilidade; aumento da produção (renda) local.
2. ZONA DE PRAIA - ZP;	Da linha de preamar média até a linha de baixa mar média (área de fluxo e refluxo de maré).	Conservar o ambiente natural de praia; Garantir o pleno e natural fluxo das marés e da deposição de sedimentos; Proteger habitat e fauna local; Garantir a segurança do banhista; Proteger o ambiente de desova dos quelônios; proteção de aves migratórias; Minimizar a poluição; Minimizar o impacto das atividades das marinas.
3. ZONA DE CONSERVAÇÃO - ZC;	Áreas destinadas ao manejo específico de espécies e/ou habitats dentro dos ecossistemas da UC, níveis de restrição específicos, conforme seus objetivos de manejo e conservação a serem identificados e definidos a partir de um amplo processo participativo com os atores envolvidos.	Proteger os habitats essenciais para sobrevivência de espécies ameaçadas e aquelas importantes para garantir a segurança alimentar
4. ZONA EXCLUSIVA DE PESCA - ZEP;	Áreas destinadas ao uso dos recursos pesqueiros por pescadores profissionais.	Garantir a sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros. Contribuir para a sustentabilidade econômica de diferentes grupos do setor pesqueiro.
5. ZONA DE VISITAÇÃO - ZV;	Áreas destinadas ao uso turístico empresarial ou de base comunitária, conforme a vocação local, e de conservação de habitat Nos municípios Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo do Camaragibe preferencialmente será exercido atividade de turismo de base comunitária	Preservar as características naturais do ambiente marinho de recife de coral, onde estão inseridas as piscinas naturais; Preservar as espécies da fauna e flora marinha associadas ao ambiente de recife de coral; Recuperar as áreas recifais degradadas ao longo dos anos pelas atividades turísticas e de pesca; Manter a integridade do atrativo natural que as piscinas naturais representam para os municípios; Ordenar o uso da área pública onde estão inseridas as piscinas naturais; e Possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica e programas de educação ambiental.
6. ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA MARINHA – ZPVM	Áreas de proteção, onde não é permitida nenhuma atividade antrópica, exceto pesquisa autorizada. Nessa área o ambiente permanece o mais preservado possível, representando o mais alto grau de preservação da UC. Tem importante papel como matriz de repovoamento de diversas espécies da fauna e flora marinha estuarina	Aumentar o estoque pesqueiro através da exportação de biomassa, servir de parâmetro para monitoramentos com outras áreas que possuam ambientes semelhantes e usos diferenciados; Preservar e garantir a evolução natural dos ambientes da UC, proteger a biodiversidade; Recuperar e renovar os estoques pesqueiros; Aumentar a produção pesqueira nas áreas adjacentes (exportação de biomassa);

		facilitar as atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental (Área Controle); Realizar um intercâmbio/fluxo entre áreas, Conceito de interdependência dos ambientes da UC.
7. ZONA DE TRANSIÇÃO - ZT;	Área destinada a ser “tampão” da Zona de Preservação da Vida Marinha (ZPVM).	Minimizar os impactos negativos nas ZPVM; Facilitar as ações de fiscalização das ZPVM;

Fonte: Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, 2013. Quadro elaborado pela autora, 2017.

As atividades realizadas no município ainda são incipientes, se concentram em ações de educação ambiental, poucas fiscalizações e ocupações em áreas classificadas no Plano de Manejo como de preservação. O Plano de Manejo da APACC coloca vários limites em relação ao uso e ocupação do território de São Miguel dos Milagres e demais municípios que fazem parte dessa área. Dentro dos limites impostos estão a destinação de áreas, previstas no zoneamento, para pesca, pesquisa e ocupação.

Também é possível perceber legislações específicas, como: (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal 9.985 de 2000; Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, Lei Federal nº 6.938 de 1981) e outras que, teoricamente regulam (sustentavelmente) ou proíbem diversas atividades em categorias de Unidades de Conservação - UC's.

No entanto vale ressaltar que essas leis têm o papel de atender os interesses da burguesia local e o capital especulativo, configurando um recorte de classe a ser atendido. Existem duas classes sociais, aquela em pequena minoria, mas que detêm a maioria da riqueza existente, explorando a natureza e os homens e mulheres – classe dominante -, e a classe que produz a riqueza por meio do trabalho (os trabalhadores), que não detém do capital e sofre a exploração dos “donos dos meios de produção”. Esses agentes, que detém o capital, em São Miguel dos Milagres são os proprietários das terras e dos empreendimentos com a mediação do Estado.

Com a intensificação do turismo no município de São Miguel dos Milagres- AL, é perceptível uma mudança na relação entre a população e a natureza, principalmente no tocante as atividades econômicas, posto que a predominância era a pesca e a agricultura, no entanto atualmente parte dos pescadores, artesãos e agricultores estão migrando para a prestação de serviços nas pousadas, estabelecimentos comerciais locais e nos passeios turísticos na região.

Conclusão

Ao longo desse trabalho foi apresentado um breve histórico do desenvolvimento do ser

social e sua relação com a natureza, cuja práxis social só foi possível pelo trabalho do homem. Acreditamos que o trabalho é a categoria fundante do ser social e ao longo da história os homens e mulheres passaram por mudanças, na forma de pensar a natureza e interpretar os fenômenos naturais. Com o advento da revolução burguesa do século XVIII houve uma intensificação dos impactos ambientais, alterando significativamente as relações sociais. Esse processo garantiu a exploração dos recursos naturais e do homem pelo homem com intuito de garantir e expandir os lucros.

A questão ambiental está estritamente ligada à manutenção do sistema produtivo. Essa afirmação decorre dos resultados das grandes conferências e encontros mundiais organizados e financiadas por capitalistas de variados setores. Entendemos que parte considerável dos relatórios e debates presentes naqueles momentos objetivaram apenas mitigar os problemas ambientais, oriundos do atual modelo de produção, que com interesse de esconder os problemas socioambientais, culpando a sociedade a fim de naturalizar a “maldade humana” e dividir entre os capitalistas e os trabalhadores a responsabilidade pela destruição do planeta sem apontar a existência das classes sociais.

Para garantir a reprodução o capital se expande no circuito internacional, e, em Alagoas, no capitalismo hipertardio, é possível perceber, principalmente na acumulação de terras, latifúndios formados por famílias que comandam o território e constroem políticas públicas para atender seus interesses. Como reflexo dessa relação, a natureza da práxis humana, numa perspectiva mercadológica, utiliza os recursos naturais disponíveis no município de São Miguel dos Milagres – AL como mercadoria, transformando a paisagem, deslocando a população local, especulando a terra e promovendo, gradativamente, mudanças no território e desigualdades sociais.

Chama – se atenção para as formas atuais de uso e ocupação do território de São Miguel dos Milagres, entendendo que, mesmo existindo legislações específicas e uma unidade de Conservação Federal – APACC, o Estado assume a postura de atender aos interesses da classe dominante, fazendo melhorias em áreas que favorecem a reprodução concentrada do Capital.

Referências

ALAGOAS: **Mapas em Alagoas: Disponível em:** < <http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-mapas>> . Acesso em 31/01/2018.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Questão do território no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Editora: Hucitec, 2004.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Pórtico. 1969.

CARVALHO, Renata Kelly Alves de. **Pousadas da rota ecológica no litoral norte de Alagoas**: perspectivas de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2017.

COSTA, Gilmaisa; ALCANTÁRA, Norma. (org). **Anuário Lukács**. São Paulo. Instituto Lukács, 2014.

DIAS, Reinaldo: **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em o Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2005.

_____. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco e homem** (1876): Alfa Omega, 1999.

_____; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: *Boitempo*, 2007.

FERNANDES, Mariane de Oliveira. **O conceito de território**: reflexões conceituais e os enfoques na geografia contemporânea. *Revista de Geografia (UFPE)* V. 29, Nº. 2, 2012.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: UNICAMP, 2001.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Espaços liminares**. conteúdos subvertem formas no processo contínuo de (re)produção da e na cidade contemporânea. *Investigación y desarrollo*, vol. 16, nº 1, 2008.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 224p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 20/06/2017.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. APA Costa dos Corais. 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/>. Acesso em 20/06/2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão popular, 2007

LOUREIRO, Frederico B. Loureiro (org): **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2005.

SÁNCHEZ, Vázquez, Adolfo. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular Brasil, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTO NETO, Arthur Bispo. Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana. São Paulo. Instituto Luckács, 2013.

SÃO MIGUEL DOS MILAGRES, Prefeitura Municipal de. Relatório Final do Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres. São Miguel dos Milagres, Fevereiro de 2010.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**, Madrid: Siglo XXI, 1976.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético – político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, Ivo. NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho a centralidade da política**. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.